

HABEAS CORPUS Nº 509.793 - RJ (2019/0135151-3)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : NORLEY THOMAZ LAUAND E OUTRO
ADVOGADOS : NORLEY THOMAZ LAUAND - RJ100884
CHARLES SANTOLIA DA SILVA COSTA - RJ111191
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO
PACIENTE : JÚLIO MARTINS DOS SANTOS (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de JÚLIO MARTINS DOS SANTOS em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 10/11):

HABEAS CORPUS. ART. 33 E 35 C/C ART. 40, IV E VI, DA LEI 11.343/06; ART. 16 DA LEI 10.826/03; ART. 180 E 311, TODOS NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. IMPETRAÇÃO OBJETIVANDO O RELAXAMENTO DA PRISÃO DO PACIENTE POR EXCESSO DE PRAZO.

1. Paciente preso em flagrante no dia 16/02/2018, juntamente com os corréus, e denunciado pela prática do crime previsto no art. 33 e 35, c/c art. 40, IV e VI, da Lei 11.343/06; art. 16 da Lei 10.826/03; art. 180 e 311, todos na forma do art. 69 do Código Penal.

2. Segundo a denúncia, no dia 16/02/2018, o paciente Júlio, o corréu Christiann e o corréu Marcelo Teixeira Bublitz – os dois primeiros em veículo furtado e clonado –, atuavam como batedores de um terceiro veículo, furtado e clonado, no interior do qual havia **540kg de maconha, além de munições**.

Prossegue o Ministério Público afirmando que os três denunciados transportavam 7.550 munições e 32 componentes 9mm, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar; três aparelhos celulares; R\$ 3.817,00 (três mil, oitocentos e dezessete reais), destacando que a associação utilizada rádios comunicadores de grande porte, sintonizados na mesma frequência.

3. A análise de constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo na tramitação processual não se limita à verificação do lapso temporal transcorrido, exigindo a ponderação entre as circunstâncias do caso concreto e os limites da razoabilidade, considerando-se, para tanto, a complexidade da causa e a fase na qual se encontra o processo.

4. Inocorrência, in casu, de constrangimento ilegal a ser sanado. **No caso, trata-se de causa complexa**, que apura o transporte interestadual de grande quantidade de entorpecente e munições.

5. Assim, ante as peculiaridades do caso concreto e a ausência de desídia por parte da autoridade impetrada, não há que se falar em ilegalidade por excesso de prazo, ao menos por ora, recomendando-se, entretanto, ao juízo de origem que ultime a prestação jurisdicional.

Superior Tribunal de Justiça

CONHECIMENTO E DENEGACÃO DA ORDEM, recomendando-se celeridade.

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 16/2/2018 e teve sua prisão convertida em preventiva no dia 7/3/2019, sendo denunciado pela prática do crime descrito no art. 33 e 35, c/c 40, IV e V, da Lei 11.343/2006, art. 16 da Lei 10.826/2003, arts. 180 e 311, todos na forma do art. 69, os últimos do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, excesso de prazo para encerramento da instrução.

Aduz, ainda, que o paciente ostenta condições pessoais favoráveis.

Requer a concessão da ordem constitucional para revogar a prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Entretanto, conforme informações de fls. 98 e 110/111, verifica-se o superveniente relaxamento da prisão do paciente em 6/6/2019, em razão da concessão do HC 0020722-89.2019.8.19.0000 relativo à presente ação penal.

Desse modo, encontra-se superada a discussão proposta.

Ante o exposto, julgo prejudicado o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator